

OS DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA VIDA DOS DEFICIENTES VISUAIS

THE CHALLENGES AND POTENTIALITIES OF SEXUAL EDUCATION IN THE LIVES OF VISUALLY IMPAIRED INDIVIDUALS

Johnathan Correa ROMÃO¹; Alice Andrade SILVA²

1. Graduando em Psicologia. UNIMOGI.

E-mail: johnathanromao@unimogi.edu.br

2. Doutorado em Saúde Coletiva (UNICAMP), Mestre em Psicologia Institucional (UFES), Psicóloga e Psicanalista. Docente UNIMOGI.

E-mail: profaliceandrade@unimogi.edu.br

RESUMO

Este estudo explora as barreiras e as oportunidades na educação sexual de indivíduos com deficiência visual. Com uma revisão narrativa da literatura, aborda-se a evolução da inclusão educacional e os estigmas que dificultam o acesso desses indivíduos à educação sexual. Observam-se os riscos sociais e de saúde decorrentes da desinformação e a necessidade de adaptar metodologias educacionais e capacitar profissionais de saúde. A pesquisa visa contribuir para um modelo de educação sexual inclusiva e acessível, promovendo a autonomia e a dignidade dos deficientes visuais.

Palavras-chave: Educação sexual; Deficiência visual; Inclusão; Estigma; Saúde sexual

ABSTRACT

This study explores the barriers and opportunities in sexual education for visually impaired individuals. Through a narrative literature review, it addresses the evolution of educational inclusion and the stigmas that limit access to sexual education. The study highlights social and health risks from misinformation and emphasizes the need for adapted educational methodologies and trained healthcare professionals. It aims to contribute to an inclusive and accessible model of sexual education, promoting autonomy and dignity for the visually impaired.

Keywords: Sexual education; Visual impairment; Inclusion; Stigma; Sexual health

Recebimento dos originais: 15/12/2024.

Aceitação para publicação: 23/01/2025.

INTRODUÇÃO

Nos séculos XVIII e XIX, a ideia dominante no cenário educacional internacional era a de separar os alunos com base em suas características biológicas, o que resultava em um modelo escolar segregacionista. A deficiência era vista como um problema hereditário e, por isso, os alunos com alguma deficiência eram institucionalizados em escolas especiais, acreditando-se que essa segregação protegeria a sociedade de possíveis ameaças. Esses alunos eram rotulados como “excepcionais”, o que gerava uma visão patológica da deficiência e contribuía para a marginalização deles no ensino regular, levando-os para instituições de caráter assistencial (Barbosa, Fialho e Machado, 2018).

Com o tempo, no final do século XIX e início do século XX, percebeu-se que a educação das pessoas com deficiência era também uma responsabilidade do Estado, e surgiram as escolas e as classes especiais públicas. Porém, apenas aqueles alunos que conseguiam acompanhar o ritmo das crianças consideradas “normais” poderiam frequentar as salas de aula comuns. Caso contrário, permaneceram segregados em escolas especiais. O objetivo era proporcionar aos alunos com deficiências condições de vida semelhantes às dos outros, sem buscar “normalizá-los”, mas sim adaptar o ambiente educacional (Barbosa, Fialho e Machado, 2018).

A educação sexual nas escolas para pessoas com deficiência é uma prática rara. Uma revisão internacional da literatura identificou as características dos programas de intervenção de educação sexual escolar (ESE) implementados para alunos com deficiências, analisando 30 artigos publicados entre 1969 e 2020. As intervenções variaram de abordagens voltadas para múltiplas categorias de deficiência a focos específicos, como deficiência intelectual e autismo, abordando tópicos como educação sexual abrangente, segurança e habilidades sociais e de relacionamento (Stoffers, Barnes, Xia e Jackson, 2023).

Relatos de experiências na África do Sul indicam esforços para implementar uma educação sexual abrangente nas escolas. Entretanto, ainda não existem planos de aula específicos para professores de alunos com deficiência visual. Os autores sugerem que o currículo atual local é insuficiente para abordar a diversidade sexual, estando impregnado de heteronormatividade compulsória e preconceitos capacitistas, perpetuando homofobia e transfobia. Este estudo entrevistou profissionais que trabalham com alunos com deficiência visual, buscando orientações sobre como abordar questões LGBTQ+ na educação sexual. Os dados analisados indicaram a necessidade de planos de aula que incluam e protejam contra preconceitos, respeitando as diferenças culturais e religiosas dos alunos (Ubisi, 2020).

Uma revisão da literatura investigou a educação em saúde sexual para indivíduos com deficiência, enfatizando os riscos, as barreiras educacionais e os recursos disponíveis. Foi constatado que a expressão da sexualidade é fundamental para a experiência humana, porém, a saúde sexual das pessoas com deficiência é frequentemente negligenciada. Esses indivíduos enfrentam um risco elevado de abuso sexual, gravidez indesejada e infecções sexualmente transmissíveis. Além disso, muitos adolescentes com deficiência carecem do conhecimento necessário para desenvolver uma identidade sexual saudável, o que aumenta sua vulnerabilidade (Treacy, Taylor e Abernathy, 2017).

Outro estudo revelou que indivíduos com deficiência visual frequentemente não recebem cuidados de saúde sexual adequados. A pesquisa avaliou a eficácia da educação em saúde sexual baseada na web para essa população, analisando sua qualidade, conteúdo e

usabilidade. Foram entrevistados 16 especialistas, incluindo enfermeiros e educadores especializados em deficiência visual, além de 35 pessoas com deficiência visual. Os resultados indicaram que tanto a qualidade quanto o conteúdo do site foram considerados adequados, enquanto a usabilidade foi classificada como alta. Os módulos mais úteis abordaram temas como saúde sexual, direitos e desenvolvimento do corpo humano. A educação em saúde sexual baseada na web demonstrou ser um método educacional eficaz para indivíduos com deficiência visual (Güdül e Yangın, 2021).

O artigo revisa a literatura para abordar os desafios enfrentados pelos pais e educadores na educação sexual, discutindo a importância da educação sexual emancipatória na formação dos jovens. Muitos pais privam seus filhos dessa educação devido a valores negativos associados à sexualidade, à crença de que o diálogo pode antecipar a prática sexual, e à falta de preparo para tratar do assunto.

Nas escolas, a educação sexual tem sido predominantemente limitada aos aspectos biológicos e reprodutivos, negligenciando a amplitude benéfica da sexualidade. Conclui-se a partir dos estudos que é necessário dar mais atenção ao tema nas escolas e nas relações entre pais e filhos, promovendo maior aproximação e debates nas instituições educacionais, que são espaços privilegiados para a aprendizagem e reflexão sobre questões socialmente relevantes.

O estudo em andamento para desenvolver um currículo de Educação Sexual Abrangente (CSE) para alunos com deficiência visual na África do Sul revelou a hesitação dos pais em informar seus filhos sobre questões sexuais. Cinco pais participaram de um grupo focal, e os dados foram analisados tematicamente, fundamentados na teoria da parceria casa-escola. Os pais acreditavam que haviam preparado adequadamente seus filhos para fazer escolhas sexuais saudáveis, culpando os professores e cuidadores pela estreia sexual precoce de seus filhos. No entanto, nenhuma responsabilidade foi atribuída aos alunos por seu comportamento sexual. O estudo ressaltou a necessidade de uma parceria colaborativa e sem julgamentos entre casa e escola para orientar de forma eficaz a agência sexual dos alunos com deficiência visual.

A educação sexual no Brasil teve uma evolução gradual e significativa ao longo das décadas, conquistando um espaço fundamental na promoção da saúde, equidade de gênero e inclusão social. O movimento em direção a uma abordagem mais aberta e sistemática começou a ganhar força entre as décadas de 1940 e 1950, com uma crescente produção bibliográfica sobre o tema. Nesse período, médicos e educadores se destacaram como os principais interlocutores sobre a importância da educação sexual, inaugurando discussões públicas mais abertas sobre sexualidade, saúde reprodutiva e o papel da escola na formação dos jovens (Ministério da Saúde, 2017).

Na década de 1960, o Brasil testemunhou as primeiras ações efetivas de educação sexual nas escolas. Esses esforços, ainda incipientes, marcaram o início da introdução do tema no ambiente escolar de maneira estruturada, com o objetivo de informar e proteger os estudantes, oferecendo uma abordagem preventiva e educativa. Contudo, essas ações enfrentam resistências significativas, tanto de setores mais conservadores da sociedade quanto de instituições religiosas, que viam a discussão da sexualidade como um tema tabu ou uma ameaça aos valores tradicionais. Além disso, os programas enfrentaram desafios metodológicos, como a falta de preparo docente e materiais adequados, o que muitas vezes resultou em abordagens simplistas ou moralistas. Este período, embora crucial para delinear as

bases de iniciativas futuras, também escancarou tenso sobre o papel do Estado na promoção da saúde sexual e reprodutiva, evidenciando um debate entre a necessidade de políticas públicas mais amplas e a persistência de preconceitos culturais e sociais. A problemática central, então, reside em como superar essas resistências e estruturar uma educação sexual que atende às demandas de uma sociedade plural, respeitando os direitos individuais e protegendo. (Gonçalves, 2013)

Houve uma mudança de uma abordagem baseada em características biológicas para uma mais funcional, que focava nas capacidades residuais dos alunos. No entanto, a exclusão dessas pessoas do sistema regular de ensino continuou, e o fracasso escolar dos alunos com deficiência era visto como algo natural (Barbosa, Fialho e Machado, 2018).

Segundo Ministério da Saúde (2017). Os anos 1980 representaram um marco importante, quando órgãos governamentais, tanto municipais quanto estaduais, começaram a desenvolver projetos específicos voltados à educação sexual. Essas iniciativas foram fundamentais para fortalecer o apoio institucional à área, promovendo a criação de programas mais amplos e englobando uma maior diversidade de temas relacionados à sexualidade. A partir desse momento, o envolvimento governamental trouxe uma dimensão mais formal e abrangente, possibilitando o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à educação sexual (França, 2013).

Durante as décadas de 1990 e 2000, a educação sexual passou a ser integrada de maneira mais sistemática nos currículos escolares, acompanhada pela criação de políticas públicas específicas para abordar a sexualidade e a saúde reprodutiva. Nesse contexto, houve uma ênfase na formação dos educadores, que passaram a ser capacitados para abordar questões delicadas de forma adequada e inclusiva. Esse período também foi marcado por um crescente debate sobre o papel da escola na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e gravidez precoce, além de outros desafios relacionados à saúde sexual dos jovens (França, 2013).

A partir da década de 2010, a educação sexual no Brasil experimentou uma transformação ainda mais abrangente, com maior atenção à capacitação de professores e à inclusão de temas como diversidade sexual, prevenção da violência sexual e promoção da igualdade de gênero. Essa abordagem moderna e inclusiva reconhece a educação sexual como uma ferramenta essencial para promover a saúde, reduzir a discriminação e fomentar uma sociedade mais equitativa e consciente. O fortalecimento dessas ações reflete um avanço significativo no reconhecimento da educação sexual como um direito fundamental e um componente integral do currículo escolar (Gonçalves, 2013).

A partir da segunda metade do século XX, começou a ganhar força o paradigma da inclusão, que defendia a participação de todos os estudantes, sem discriminação. Esse movimento foi impulsionado por uma visão que combinava igualdade e respeito às diferenças, criticando a abordagem assistencialista que, até então, dominava a Educação Especial, focada em instituições privadas e na ideia de que a educação poderia “curar” ou “eliminar” a deficiência (Barbosa, Fialho e Machado, 2018).

O movimento pela inclusão escolar trouxe à tona críticas aos modelos educacionais que, mesmo integrando os alunos com deficiência, ainda os separavam em “classes especiais”. Nesse modelo, os alunos eram obrigados a se adaptar à escola, e não o contrário.

Historicamente, no Brasil, a educação foi vista como um privilégio para os alunos considerados "normais", enquanto a exclusão dos alunos com deficiência foi tratada como uma forma de lidar com suas diferenças, legitimando práticas que reforçam a desigualdade social (Barbosa, Fialho e Machado, 2018).

Nos últimos anos, a educação sexual tem emergido como um tema de grande importância na agenda educacional, buscando promover uma compreensão holística e inclusiva da sexualidade humana. No entanto, um grupo frequentemente negligenciado nesse diálogo são os indivíduos com deficiência visual, cujas experiências e necessidades específicas muitas vezes são deixadas de lado. Diante desse cenário, surge a necessidade premente de explorar e compreender a educação sexual na vida dos deficientes visuais, a fim de promover uma abordagem mais inclusiva e empática para a sexualidade de todas as pessoas (Oliveira e Dias 2012).

A deficiência visual abrange uma ampla gama de condições, desde a cegueira total até a baixa visão, cada uma com seus próprios desafios e particularidades. A experiência de viver com deficiência visual é única para cada indivíduo, e isso se estende à sua sexualidade (Soares, 2018). A educação sexual desempenha um papel fundamental no desenvolvimento pessoal e social de indivíduos, proporcionando conhecimentos e habilidades essenciais para a tomada de decisões conscientes e responsáveis em relação à saúde e aos relacionamentos. No entanto, para pessoas com deficiência visual, o acesso a informações sobre educação sexual muitas vezes é limitado, apresentando desafios únicos que podem impactar sua autonomia e qualidade de vida. Este campo de estudo tem ganhado importância à medida que a sociedade reconhece a necessidade de entender e abordar as complexas questões que envolvem a expressão sexual, relacionamentos e saúde sexual para indivíduos com deficiência visual (França, 2013).

A sociedade, frequentemente, limita a expressão da sexualidade de pessoas com deficiência visual, subestimando suas necessidades e desejos. A falta de informações acessíveis sobre educação sexual e a carência de discussões abertas contribuem para um maior isolamento e desinformação. No entanto, com os avanços na tecnologia assistiva e a conscientização crescente sobre os direitos das pessoas com deficiência, novas oportunidades estão surgindo para tornar a informação sexual mais acessível (Mianes, 2005).

Pessoas com deficiência visual também experimentam atração, desejos e desenvolvem uma compreensão de sua orientação sexual. É fundamental reconhecer e respeitar a diversidade de orientações sexuais entre pessoas com deficiência visual, proporcionando apoio e aceitação. Relacionamentos íntimos e afetivos são uma parte valiosa da vida de muitos deficientes. No entanto, eles podem enfrentar obstáculos únicos, como a comunicação, a criação de conexões e o estabelecimento de limites. Compreender esses desafios e promover a educação sobre relacionamentos saudáveis é crucial para garantir que as pessoas com deficiência visual possam desfrutar de relacionamentos significativos e seguros (Theodoro, 2020).

A saúde sexual é uma preocupação vital para todas as pessoas, e isso não é diferente para indivíduos com deficiência visual. A falta de informações acessíveis sobre prevenção de doenças, contracepção e cuidados ginecológicos pode resultar em desigualdades na saúde sexual (Carvalho e Silva, 2018). A Organização Pan Americana (OPAS, 1902) sugere que os países criem mecanismos de redução nas desigualdades de acesso da população à saúde reprodutiva e

sexual, incluindo ações de planejamento familiar e educação sexual. Nesse sentido, a Política Nacional de Saúde do Homem reforça essa importância e destaca que os homens com deficiência visual são públicos prioritários para a ampliação do acesso aos serviços de saúde, garantindo direitos a exames, orientações e atendimento integral (Brasil, 1994b).

Além disso, o apoio de amigos, familiares e terapeutas é frequentemente fundamental para ajudar as pessoas a lidarem com os desafios únicos que enfrentam. É importante reconhecer que pessoas com deficiência visual têm relacionamentos tão variados e significativos quanto qualquer outra pessoa, respeitando a sua identidade de gênero. Isso inclui informações sobre prevenção de doenças, contracepção, exames médicos e outros cuidados ginecológicos e psicossociais. Nesse sentido, a Política Nacional de Humanização do SUS orienta que os serviços de saúde se comprometam em acolher e ser resolutivos diante das necessidades específicas de pessoas com deficiência visual, oferecendo abordagens ampliadas e integrais para o cuidado, que respeitem a dignidade e autonomia do atendido (PNH, 2003).

A discriminação é uma barreira de acesso aos serviços de saúde e à convivência comunitária e familiar. Essa barreira repercute na produção do isolamento social e falta de oportunidades de relacionamento, expondo as pessoas à vulnerabilidade e riscos individuais e sociais (Brasil, 2009). É importante desafiar esses estereótipos e promover a inclusão e a aceitação. A deficiência visual monocular, frequentemente subestimada, afeta significativamente a percepção de profundidade e o campo visual, impactando a autoestima e a confiança pessoal. No ambiente profissional, o capacitismo se manifesta de forma explícita ou sutil, por meio da falta de oportunidades e de acomodações adequadas, limitando o crescimento das pessoas com essa condição. Essas barreiras, alimentadas por preconceitos, perpetuam a visão de que pessoas com deficiência visual monocular são menos capazes, prejudicando seu desenvolvimento profissional e social (Silva, 2024).

O combate ao capacitismo exige o compromisso de todos os setores da sociedade. É necessário valorizar a diversidade funcional e respeitar as necessidades específicas dessas pessoas. A educação e a sensibilização são ferramentas fundamentais para romper com os estigmas associados à deficiência visual monocular. Programas educacionais que abordam inclusão e diversidade são essenciais para fomentar uma cultura de aceitação e respeito, reduzindo a discriminação e promovendo a compreensão das capacidades e contribuições dessas pessoas (Silva, 2024).

De acordo com Ferreira (2023), iniciativas de sensibilização que envolvem a comunidade, escolas e locais de trabalho são eficazes na promoção de uma maior compreensão das capacidades das pessoas com deficiência. No entanto, ainda há muitos desafios a serem superados na luta contra o capacitismo. Um dos maiores obstáculos é a escassez de dados e pesquisas abrangentes sobre a realidade das pessoas com deficiência. Sem informações precisas, torna-se difícil criar políticas eficazes e monitorar seu impacto. É crucial investir em pesquisas que forneçam uma visão clara das barreiras enfrentadas por essas pessoas e das melhores práticas para superá-las. Outro desafio importante é a resistência cultural e institucional à mudança. O capacitismo, muitas vezes, está profundamente enraizado nas normas sociais e culturais, dificultando a implementação de mudanças significativas. Para superar essa resistência, é necessário um esforço contínuo de educação, sensibilização e o

envolvimento de líderes comunitários e influenciadores que promovam uma cultura de inclusão (Silva, 2024).

A tecnologia também tem um papel importante na luta contra o capacitismo, oferecendo inúmeras possibilidades para melhorar a acessibilidade e a inclusão. Tecnologias assistivas, como softwares de leitura de tela e dispositivos de comunicação aumentativa, capacitam pessoas com deficiência a participar mais ativamente da sociedade. Além disso, a digitalização de serviços públicos facilita o acesso a informações e recursos para essas pessoas, ajudando a eliminar barreiras (Silva, 2024).

A sociedade civil desempenha um papel crucial nesse processo, com organizações não governamentais, grupos de defesa e ativistas liderando a promoção dos direitos das pessoas com deficiência e pressionando por mudanças políticas. Essas organizações atuam como intermediárias entre as pessoas com deficiência e os formuladores de políticas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas. Além disso, campanhas de sensibilização e programas educacionais são fundamentais para desafiar estereótipos e promover uma cultura inclusiva. A colaboração entre sociedade civil, governos e setor privado é essencial para a criação de um movimento coeso e eficaz contra o capacitismo (Silva, 2024).

A luta contra o capacitismo é contínua e requer o esforço conjunto de toda a sociedade. Compreender suas raízes e manifestações é o primeiro passo para combatê-lo de maneira eficaz. A partir disso, é fundamental desenvolver e fortalecer políticas públicas que promovam a inclusão e igualdade de oportunidades para todos, independentemente de suas capacidades. Somente através da educação, conscientização e mudanças estruturais poderemos construir uma sociedade onde todas as pessoas sejam valorizadas e respeitadas. A participação ativa das pessoas com deficiência no desenvolvimento dessas políticas é vital para garantir que suas necessidades sejam atendidas. Um esforço conjunto é indispensável para superar o capacitismo e construir um futuro mais inclusivo e equitativo (Silva, 2024).

Educar a sociedade sobre as questões de sexualidade de pessoas com deficiência visual é uma etapa fundamental para superar esses desafios (Carvalho e Silva, 2018) e um compromisso social garantido pelas políticas públicas (PNH, 2003; Brasil, 1994b).

Defensores dos direitos das pessoas com deficiência visual têm trabalhado incansavelmente para promover a igualdade de acesso à informação e aos serviços relacionados à sexualidade. Empoderar as próprias pessoas com deficiência visual para que exerçam seus direitos e sejam defensoras de suas necessidades é uma parte fundamental desse movimento (Soares, 2018). O compromisso social em fomentar a participação desse público em processos de emancipação, autonomia e protagonismo na construção de serviços que atendam a demanda está prevista na Lei 8.142 (Brasil, 1990a) e nos princípios de diretrizes do SUS (Brasil, 1990b). À medida que mais vozes se elevam em apoio à sexualidade inclusiva, a sociedade pode avançar em direção a uma compreensão mais aberta e respeitosa.

Considerando o exposto, o presente artigo tem como objetivo investigar a relação entre a vida dos deficientes visuais e os desafios da sexualidade, nesse sentido por meio de uma revisão narrativa de literatura. Essa metodologia tem como objetivo explorar e descrever temas específicos, de forma ampla e considerando múltiplos fatores (Rother, 2007). Dessa forma, é uma abordagem adequada para discutir as barreiras na expressão da sexualidade de pessoas com deficiência visual e os elementos envolvidos no processo de educação, incluindo

orientações e informações que são fornecidas (Botelho et al. 2011). Portanto, por meio da revisão narrativa, será realizada uma síntese de produções acadêmicas que contribuem para a compreensão do tema, descrevendo-o de forma ampla (Cavalcante e Oliveira, 2020).

MATERIAL E MÉTODOS

Realizou-se um estudo exploratório, com base em uma revisão narrativa de literatura, abrangendo artigos e teses que possibilitasse uma descrição ampla do assunto. Não se esgotam as fontes de informação, já que não envolve busca e análise sistemática dos dados. Nisso reside a importância da revisão narrativa: na rápida atualização dos estudos sobre a temática (Cavalcante e Oliveira, 2020).

Foi feita a recuperação dos artigos indexados nas bases de dados Scielo, Google Acadêmico, Pepsic, Pubmed, Revista da Escola de Enfermagem da USP e Editora Realiza. Para a coleta dos dados, utilizaram-se os descritores 'deficiência visual', 'sexualidade' e a 'bioética'. Encontrou-se 53 artigos, dos quais selecionou-se 11 publicações que seguiam os seguintes critérios de inclusão: a) discutir a sexualidade de pessoas com deficiência congênita ou adquirida; b) discutir aspectos legais que fundamentam o direito à sexualidade; c) discutir metodologias de educação sexual para pessoas com deficiência visual. Os artigos selecionados apresentaram uma descrição abrangente a respeito dos subtópicos citados no título e no corpo do texto.

Os artigos incluídos foram analisados considerando os seguintes eixos de discussão: a) marcos históricos na garantia de direitos à sexualidade para pessoas com deficiência visual; b) barreiras e facilitadores na expressão e vivência da sexualidade em pessoas com deficiência visual; c) estratégias de educação sexual para pessoas com deficiência visual. Realizou-se o fichamento dos artigos selecionados, buscando discutir os subtópicos, preencher lacunas existentes e identificar limites na produção de conhecimento do tema. Compilou-se e resumiu-se as informações coletadas, estabelecendo um diálogo com as literaturas selecionadas, os quais serão apresentados na seção dos resultados..

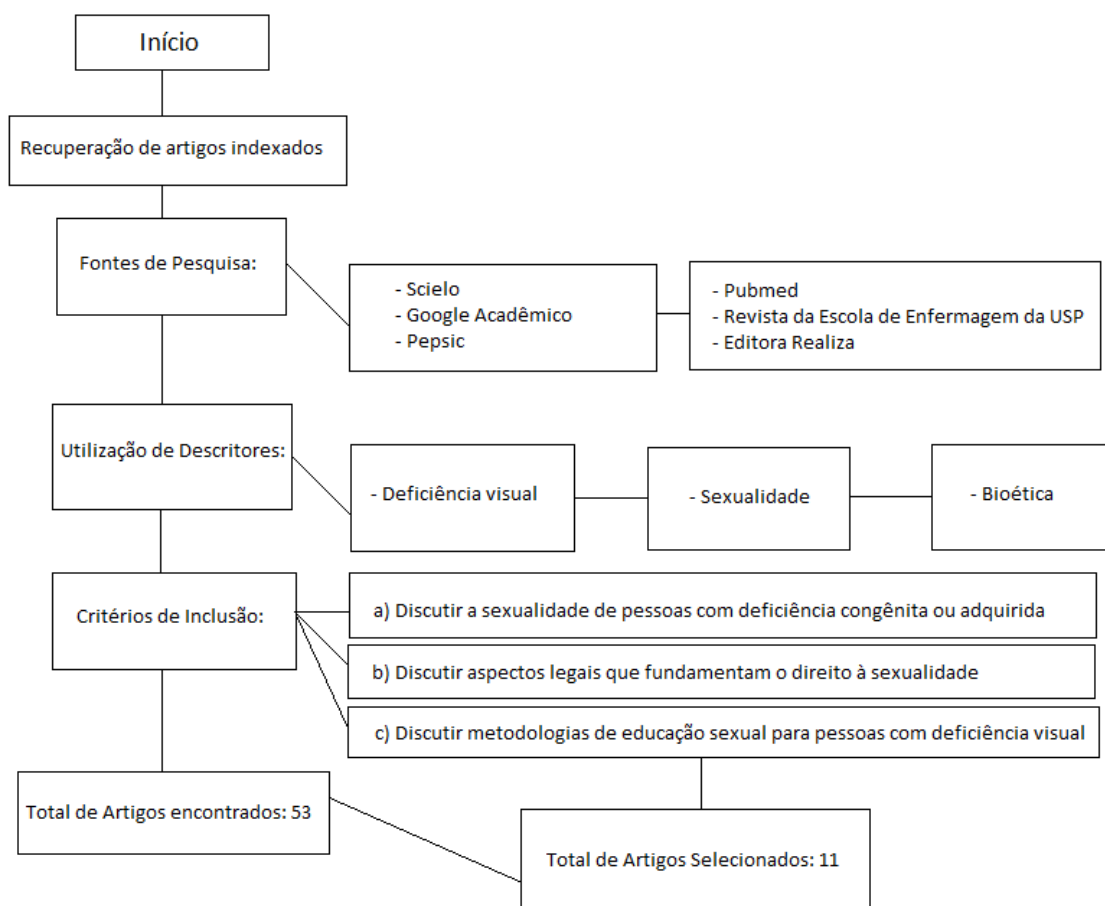


Figura 1. Fluxograma de obtenção dos artigos

Fonte: Elaboração própria.

A sexualidade é considerada um tabu, independente de ser relacionada a pessoas com deficiência. O estigma é maior quando a sexualidade e a deficiência visual estão relacionadas. Soma-se a isso a desinformação sobre os direitos e as habilidades e possibilidades da pessoa com deficiência, no caso dos cegos, de ter uma vida sexual sadia e prazerosa (BONFIM, 2021).

Primeiramente, observa-se a escassez de estudos sobre a sexualidade na vida dos deficientes visuais, sendo que na população normativa brasileira, cerca de 3,5% têm deficiência visual (IBGE, 2010). Dentre os estudos existentes, alguns apresentam a persistente invisibilidade da sexualidade das pessoas com deficiência visual, o que dificulta o acesso das mesmas aos serviços de saúde e as expõe a situações de risco e vulnerabilidade social (França, 2013).

Os artigos analisados sugerem, antes de tudo, que as pessoas com deficiência são sujeitos de direitos e, como tais, devem expressar sua sexualidade de forma segura, autônoma e prazerosa. Para isso, há necessidade de ações de conscientização pautadas em evidências científicas, para produzir uma cultura inclusiva. É importante escutar as pessoas com deficiência, para compreender como elas se sentem, pensam e agem, para assim, construirmos estratégias de ampliação do acesso a espaços educativos sobre sexualidade, transpondo para a prática os direitos ao cuidado e proteção (França, 2013).

O Quadro 1 apresenta uma descrição geral dos artigos incluídos. Destacamos os objetivos, metodologias e principais aspectos da discussão que contribuem para a compreensão das barreiras e facilitadores dos processos educativos na sexualidade de pessoas com deficiência.

Quadro 1. Síntese da revisão narrativa sobre a sexualidade de pessoas com deficiência visual

Referência	Objetivo	Método	Discussão
Bezerra e Pagliuca (2010)	Investigar a vivência da sexualidade por adolescentes portadoras de deficiência visual.	Estudo qualitativo com entrevistas semiestruturadas.	A análise aponta dificuldades relacionadas ao conhecimento sobre o corpo e à vivência da sexualidade.
Bonfim, Mól e Pinheiro (2021)	Analisar a (in)visibilidade de pessoas com deficiência visual nas Ciências Exatas e Naturais.	Revisão bibliográfica.	A pesquisa destaca a falta de inclusão em espaços acadêmicos e de pesquisas voltadas para a sexualidade.
Carvalho e Silva (2018)	Fazer uma revisão sobre a sexualidade das pessoas com deficiência.	Revisão sistemática de artigos publicados.	O estudo conclui que a sexualidade das pessoas com deficiência ainda é um tema pouco explorado e debatido.
Dinis e Asinelli-Luz (2007)	Explorar a educação sexual dentro de uma perspectiva histórico-cultural.	Análise teórica baseada em revisões bibliográficas.	A pesquisa sublinha a importância da contextualização cultural na educação sexual.
Ferreira e Cassiani (2003)	Discutir a segurança do paciente na administração de medicamentos.	Revisão narrativa.	Apesar de focado em medicamentos, o artigo pode contribuir para compreender a segurança e autonomia nas práticas de saúde.
Fiorucci e Oliveira (2022)	Apresentar um guia de direitos e saúde sexual para pessoas com deficiência.	Produção de um guia baseado em leis e políticas públicas.	Destaca a importância de acesso a informações seguras e práticas inclusivas para a saúde sexual.
França (2013)	Abordar a inclusão social da pessoa cega com relação à sexualidade.	Pesquisa qualitativa com análise documental.	O estudo sugere que a inclusão social passa pelo reconhecimento da sexualidade como parte da cidadania.
Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013)	Investigar impasses e desafios da educação sexual no ambiente familiar e escolar.	Pesquisa qualitativa com entrevistas e grupos focais.	Aponta a necessidade de maior integração entre escola e família para abordar a sexualidade de forma inclusiva.

Mianes e Karnopp (2005)	Analisar a representação de personagens cegos na literatura contemporânea.	Análise de conteúdo de obras literárias.	Conclui que a representação de personagens cegos na literatura ainda é estereotipada e limitada.
Ministério da Saúde (2024)	Promover a equidade na saúde e sexualidade de adolescentes no SUS.	Relatório institucional baseado em dados e políticas públicas.	Discute a importância da equidade no acesso a serviços de saúde sexual para adolescentes.
Oliveira e Dias (2014)	Explorar o discurso de uma pessoa com deficiência visual sobre educação sexual e sexualidade.	Estudo de caso com entrevistas.	A pesquisa aponta lacunas no ensino da sexualidade para deficientes visuais, com base no relato pessoal.
Silva e Santos (2017)	Estudo de caso sobre a sexualidade de pessoas com deficiência visual.	Estudo qualitativo.	Discute as dificuldades enfrentadas por deficientes visuais no campo da sexualidade e a importância de uma educação sexual inclusiva.
Soares e Gomes (2018)	Revisar a literatura sobre o psicodiagnóstico psicanalítico.	Revisão narrativa.	Conclui que há uma necessidade de mais estudos focados na sexualidade no contexto da deficiência visual.
Theodoro e Costa (2020)	Analisar a produção nacional e internacional sobre sexualidade e deficiência visual.	Análise documental de artigos e publicações.	A revisão revela que a sexualidade de pessoas com deficiência visual é um tema marginalizado nas pesquisas acadêmicas.

Fonte: Elaboração própria.

RESULTADOS e DISCUSSÃO

Dentre os estudos selecionados, identificou-se a percepção das pessoas com deficiência visual, que consideram a sexualidade como um meio de vivenciar situações positivas na vida, por envolver doação, intimidade e a construção da identidade de gênero. Acrescenta-se a isso, a crítica à sociedade que estigmatiza a pessoa com deficiência como assexuada, infantilizando-a ou considerando-a incapaz de gerir a própria vida e fazer escolhas (França, 2013).

De modo geral, identificou-se que o estudo de Oliveira e Dias (2014) explora a educação sexual e a sexualidade a partir do discurso de uma pessoa com deficiência visual, enfatizando a importância da inclusão e do acesso à informação. Complementarmente, o "Guia de Direitos e de Saúde Sexual das Pessoas com Deficiência" (Fiorucci e Oliveira, 2022) representa um recurso valioso para a compreensão dos direitos e necessidades dessa população. Ferreira e Cassiani (2003) discutem a segurança do paciente na administração de medicamentos, um aspecto essencial da prática de enfermagem. Silva e Santos (2017) conduziram um estudo de caso sobre a sexualidade na vida de deficientes visuais, enquanto Carvalho e Silva et al. (2028) apresentaram uma revisão sistemática acerca da sexualidade dessas pessoas. Essas discussões

são fundamentais para promover uma sociedade mais inclusiva, onde todos tenham a oportunidade de vivenciar plenamente todas as dimensões de suas vidas.

A sexualidade na vida de pessoas com deficiência visual é um assunto complexo e multifacetado que requer uma análise mais aprofundada e uma maior conscientização. É fundamental reconhecer as necessidades, desafios e direitos dessas pessoas para assegurar que todos tenham a oportunidade de viver uma vida sexual saudável, segura e satisfatória. Assim, é importante ressaltar que não existe uma única narrativa sobre a sexualidade de pessoas com deficiência visual; ao contrário, trata-se de um espectro diversificado e multifacetado (Fiorucci, 2022).

Nesse sentido, compreende-se que a trajetória histórica dos direitos à sexualidade para pessoas com deficiência visual, destacando a evolução das crenças e práticas sociais, desde visões primitivas até a busca contemporânea por inclusão. Importante considerar os desafios enfrentados por essas pessoas em uma sociedade que, muitas vezes, prioriza a visão, além de explorar as estratégias de superação e os recursos disponíveis para promover a inclusão (Silva, 2017). Essa análise é fundamental para visibilizar as necessidades e direitos dessa população, promovendo uma sociedade mais justa e equitativa.

Segundo Carvalho e Silva (2018), outro ponto importante é a compreensão da sexualidade como um aspecto essencial da vida humana. Apesar de enfrentarem estigmas sociais, falta de educação sexual adequada e barreiras de acessibilidade, indivíduos com deficiência visual reconhecem e expressam sua sexualidade de maneiras significativas. Abordaremos as frustrações que surgem devido à percepção distorcida de que essas pessoas são assexuadas, além de analisar as barreiras e facilitadores que impactam a vivência da sexualidade, enfatizando a importância de uma abordagem inclusiva que elimine estigmas.

Por fim, a educação sexual é percebida como um direito fundamental para todos os jovens, incluindo aqueles com deficiência visual. Serão apresentadas estratégias para desenvolver materiais adaptados e implementar programas inclusivos, além da necessidade de capacitar profissionais de saúde para atender adequadamente a essa população. A superação dos estigmas que reduzem a sexualidade das pessoas com deficiência visual é crucial, e promover uma abordagem acessível à educação sexual é essencial para empoderar esses indivíduos e contribuir para uma cultura mais inclusiva e respeitosa em relação à diversidade sexual (França, 2013).

Marcos históricos na garantia de direitos à sexualidade para pessoas com deficiência visual

Desde os tempos antigos na história no contexto das abordagens relacionando as pessoas com deficiência visual. A trajetória humana inclui a história das pessoas com deficiência, que varia entre diferentes culturas e reflete crenças, valores e ideologias (Bruns, 2008). Essas crenças e valores, quando se manifestam em práticas sociais, podem criar diversas formas de interação entre pessoas com e sem deficiência. Nesse sentido, uma análise do processo sócio-histórico possibilita identificar uma dinâmica nas relações estabelecidas com as pessoas com deficiência, que incluiu abordagens que passaram pelas intenções de extermínio, segregação, integração e, atualmente, inclusão. Assim, compreender essa evolução histórica é fundamental para promover uma convivência mais justa e respeitosa entre todos os indivíduos,

independentemente de suas diferenças (Lawson e Gooding, 2005; Oliver, 1996; Melvin, 1963; Hanes, Brown e Hansen, 2018).

Nas sociedades primitivas que precederam o desenvolvimento de civilizações complexas e tecnológicas, prevalecia a crença de que indivíduos cegos eram possuídos por espíritos malignos, o que tornava a interação com essas pessoas associadas à relação com forças adversas. Assim, o indivíduo cego assumiu a condição de um símbolo de medo religioso. Em muitos desses grupos, a cegueira era frequentemente interpretada como uma punição divina, e a pessoa cega carregava o estigma de um pecado, que poderia ser atribuído a suas próprias ações ou às de seus pais, avós ou outros membros da tribo (Mecloy, 1974; Lawson e Gooding, 2005; Oliver, 1996; Melvin, 1963; Hanes, Brown e Hansen, 2018).

Na Idade Média, a deficiência foi interpretada como um fenômeno metafísico de natureza negativa, frequentemente associado à rejeição divina, ao pecado ou à possessão demoníaca (França, 2013). Até o século XVI, o entendimento sobre deficiências estava ligado ao misticismo e ao ocultismo, carecendo de uma análise científica aprofundada que permitisse a formação de conceitos mais realistas. O desconhecido e o diferente geravam temor, sendo frequentemente vistos como uma forma de punição. Assim, indivíduos com deficiência, por serem considerados "diferentes", eram ocultados, marginalizados e ignorados, muitas vezes excluídos do convívio familiar e privados de uma educação adequada (França, 2013; Lawson e Gooding, 2005; Oliver, 1996; Melvin, 1963; Hanes, Brown e Hansen, 2018).

A partir do século XVII, a concepção sobre a deficiência visual passou de uma perspectiva marcada pelo preconceito para uma abordagem mais científica. Segundo Sanchez (1992), foi nesse período que começaram a emergir os primeiros conhecimentos acerca da anatomia e fisiologia do cérebro e do olho. Aranha (2001) afirma que este momento marcou o início do Paradigma da Institucionalização, caracterizado pelo afastamento de indivíduos com deficiência de suas comunidades, resultando em sua internação em instituições ou escolas especiais, distantes de suas famílias e da sociedade (Lawson e Gooding, 2005; Oliver, 1996; Melvin, 1963; Hanes, Brown e Hansen, 2018).

Na década de 1960, em resposta a diversas críticas sobre os efeitos adversos das instituições, iniciou-se a adoção do paradigma de serviços. De acordo com a American National Association of Rehabilitation Counseling, este modelo visava promover a possibilidade de que pessoas com deficiência vivessem de maneira mais normalizada, oferecendo condições de vida alinhadas aos padrões da sociedade (ANARC, 1973). Subsequentemente, surgiu o Paradigma de Integração, cuja proposta central era proporcionar uma experiência de vida cotidiana que se aproximasse da vivência da sociedade em geral para pessoas com necessidades educativas especiais (Brasil, 1994; Lawson e Gooding, 2005; Oliver, 1996; Melvin, 1963; Hanes, Brown e Hansen, 2018).

Segundo Santos (1995, p. 24), "até os anos 80, a integração ocorreu em um contexto histórico em que questões de igualdade e oportunidades eram significativas". Durante a década de 1980, a integração de pessoas com cegueira ganhou maior força. A partir dos anos 1990, com a realização da Conferência Mundial de Educação para Todos (1990) e a adoção da Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas para Necessidades Educativas Especiais (1994), iniciamos a "era da Inclusão". Nesse novo contexto, o enfoque se desloca do mero direito à integração social das pessoas com deficiência para a responsabilidade coletiva da

sociedade em se adaptar às diferenças individuais (Brasil, 1994; Sasaki, 1998; Santos, 2000; Lawson e Gooding, 2005; Oliver, 1996; Melvin, 1963; Hanes, Brown e Hansen, 2018).

A concepção da deficiência como uma questão de direitos humanos, consagrada pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (2006), sinaliza uma nova fase. Conforme apontado por França (2013, p. 16), “garantir uma vida digna não se resume a oferecer serviços médicos; implica também na remoção de barreiras e na promoção de um ambiente social acessível para pessoas com deficiências físicas, intelectuais ou sensoriais.” Dessa forma, identifica-se que a transformação da abordagem sobre a deficiência requer um compromisso coletivo em construir uma sociedade mais inclusiva e equitativa

Barreiras e facilitadores na expressão e vivência da sexualidade em pessoas com deficiência visual

A sexualidade é uma parte fundamental da vida humana, e os deficientes visuais enfrentam desafios específicos nessa área devido a estigmas sociais, falta de educação sexual adequada e até mesmo dificuldades de acessibilidade em termos de informações visuais sobre o corpo e relacionamentos (França, 2013). Indivíduos com cegueira reconhecem a sexualidade como uma dimensão significativa de suas vidas, englobando aspectos como doação, intimidade e afirmação da identidade de gênero. A expressão de sua sexualidade ocorre por meio da voz, toque e olfato; no entanto, eles enfrentam desafios como preconceito e a falta de informações adequadas. A sociedade frequentemente os percebe como assexuados e desprovidos de desejos sexuais, perpetuando estigmas que tornam sua sexualidade invisível. Essa percepção distorcida resulta em frustração em relação à falta de reconhecimento e respeito por seus direitos sexuais. Ademais, observa-se uma escassez de políticas públicas e de educação sexual que atendam às necessidades específicas dessa população.

Conforme afirmam Bezerra e Pagliuca (2010), a vida afetivo-sexual de adolescentes com deficiência visual apresenta características de desenvolvimento similares àquelas observadas em outros grupos. A cegueira não reduz o interesse sexual; ao contrário, a curiosidade sobre a sexualidade se manifesta de forma distinta, com um desejo de compreender o próprio corpo e seu funcionamento. Essas jovens buscam definir sua identidade e seu lugar na sociedade, desejando explorar sua sexualidade e encontrar meios adequados para expressar seus impulsos sexuais e vivenciar relacionamentos afetivos. No entanto, indivíduos com deficiência visual enfrentam obstáculos específicos ao explorar sua sexualidade, como a ausência de educação sexual adaptada às suas necessidades, além de barreiras sociais e estereótipos que restringem suas experiências. Questões relativas à autoimagem, autoestima e identidade sexual também podem ser impactadas pela forma como esses indivíduos se percebem e são percebidos pelos outros.

De acordo com Theodoro e Costa (2020), a condição de cegueira abrange uma diversidade de experiências que vão além das concepções de incapacidade e inferioridade. É viável reconhecer as singularidades e criar oportunidades para pessoas cegas ou com baixa visão, que, assim como qualquer outra pessoa, possuem capacidades, habilidades e competências. Portanto, abordar a sexualidade na vida de indivíduos com deficiência visual demanda uma perspectiva holística, que inclua educação inclusiva, eliminação de estigmas,

acesso a recursos e serviços adaptados, além da promoção de um ambiente social que favoreça a aceitação e o respeito pela diversidade sexual e pela autonomia individual.

Estratégias de educação sexual para pessoas com deficiência visual

A educação sexual é essencial para todos os jovens, incluindo aqueles com deficiência visual. É imperativo assegurar que esses indivíduos tenham acesso a informações precisas sobre seus corpos, relacionamentos saudáveis, métodos contraceptivos e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Para tanto, é necessário desenvolver materiais educativos adaptados, implementar programas de educação sexual inclusivos e garantir o acesso a profissionais de saúde que sejam capacitados e sensíveis às suas necessidades. Conforme afirmam Bonfim, Mól e Pinheiro (2021), as limitações enfrentadas por alunos com deficiência visual não decorrem de suas condições individuais, mas da falta de iniciativas por parte da sociedade que promovam sua inclusão efetiva.

É fundamental oferecer recursos e suporte adequados para assegurar que indivíduos com deficiência visual tenham acesso a serviços de saúde sexual de qualidade. O documento do Ministério da Saúde em parceria com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), intitulado “Direitos Sexuais e Reprodutivos na Integralidade de Atenção à Saúde de Pessoas com Deficiência” (Ministério da Saúde, 2010), fornece diretrizes e informações sobre saúde sexual e reprodutiva, direcionadas a pessoas com deficiência nas unidades básicas de saúde. Além disso, o documento enfatiza a importância do apoio profissional dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) na assistência à saúde sexual e reprodutiva dessa população.

Ao abordar a sexualidade na vida de indivíduos com deficiência visual, é crucial reconhecer os estereótipos e preconceitos que frequentemente os cercam. A sociedade tende a percebê-los como assexuados ou desinteressados em relacionamentos íntimos, o que é um equívoco prejudicial. Desafiar esses estigmas é essencial, pois cada pessoa possui uma experiência única que merece respeito, dignidade e oportunidades para viver uma vida sexual saudável e satisfatória. Outro aspecto crítico é a acessibilidade à educação sexual; materiais educacionais tradicionais, frequentemente baseados em imagens e gráficos visuais, podem ser inacessíveis para essa população. Entretanto, avanços tecnológicos, como softwares de leitura de tela e conteúdo em formato braille, têm facilitado o acesso à informação sobre educação sexual. Garantir que esses recursos sejam amplamente disponíveis e acessíveis é essencial para capacitar indivíduos com deficiência visual a tomar decisões informadas sobre sua sexualidade (Soares, 2018).

A comunicação é fundamental para a expressão da sexualidade, e para indivíduos com deficiência visual, esse aspecto pode apresentar desafios significativos, uma vez que as pistas visuais são frequentemente essenciais nas interações interpessoais. No entanto, formas alternativas de comunicação, como a linguagem corporal, a linguagem verbal e a comunicação tátil, tornam-se mais proeminentes e relevantes. É imperativo reconhecer e valorizar essas modalidades comunicativas, que podem ser tão ricas e significativas quanto às informações transmitidas por meio de sinais visuais (Mianes, 2005).

Além disso, a sociedade deve se empenhar na eliminação de estigmas e preconceitos relacionados à sexualidade de pessoas com deficiência visual. É essencial fomentar uma cultura inclusiva e respeitosa, na qual a sexualidade seja percebida como uma parte natural e saudável

da vida de todos, independentemente de suas capacidades visuais ou deficiências. A tecnologia também desempenha um papel crucial na superação de barreiras enfrentadas por essa população. O desenvolvimento de aplicativos, dispositivos e recursos tecnológicos pode facilitar o acesso a informações sobre saúde sexual, permitindo que indivíduos com deficiência visual se eduquem e explorem sua sexualidade de forma mais autônoma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sociedade inclusiva, todas as formas de diversidade devem ser reconhecidas, incluindo a diversidade sexual e a importância da educação sexual para todos, incluindo populações com deficiências. As adolescentes deficientes visuais experimentam um desenvolvimento da sexualidade semelhante ao das outras pessoas. A cegueira não diminui o interesse sexual; simplesmente torna a curiosidade sobre o assunto única: elas desejam entender seus corpos e seu funcionamento. Essas jovens buscam definir sua identidade, encontrar seu lugar na sociedade, explorar sua sexualidade e estabelecer relacionamentos afetivos. A pesquisa sobre sexualidade e cegueira congênita revelou-se escassa, apesar da relevância do assunto. Isso sugere que a sexualidade das pessoas com cegueira ainda é alvo de preconceitos, permanecendo à margem da sociedade.

Para expressar sua sexualidade, os cegos inicialmente recorrem à comunicação verbal, seguida pelo toque, olfato, entre outros sentidos. Assim, eles conversam, tocam, demonstram afeto, namoram, saem e se divertem, de maneira semelhante às pessoas não cegas. Os cegos enfrentam desafios para expressar sua sexualidade, incluindo o preconceito em várias formas e a falta de informação específica sobre sexualidade para pessoas com deficiência visual. Mediante as pesquisas. Algumas pessoas cegas são otimistas quanto à possibilidade de mudanças, enquanto outras não veem grandes perspectivas devido ao persistente preconceito, atribuindo isso à falta de conhecimento da sociedade sobre suas realidades. Os cegos percebem que são frequentemente estigmatizados como assexuados e incapazes de desejo sexual, o que viola sua dignidade e autonomia. Embora reconheçam avanços rumo à inclusão em diversos aspectos, os cegos acreditam que o preconceito em relação à sua sexualidade ainda é prevalente na sociedade.

A falta de compreensão sobre a cegueira leva a sociedade a encarar a sexualidade dos cegos com curiosidade, podendo chegar à indiscrição, desconfiança ou até mesmo à invisibilidade. Essa falta de entendimento pode levar a concepções distorcidas, privando os cegos de uma vida sexual satisfatória. A invisibilidade da sexualidade dos cegos pela sociedade pode resultar em exclusão dos serviços e políticas públicas de prevenção de IST/HIV/AIDS, aumentando a vulnerabilidade dessas pessoas. Embora existam políticas públicas voltadas para os direitos sexuais e reprodutivos das pessoas com deficiência, os cegos não se sentem abrangidos por elas, nem incluídos em programas como o de prevenção de DST/HIV/AIDS, o que os torna mais vulneráveis.

A educação sexual direcionada aos cegos, com recursos didáticos apropriados, pode contribuir para reduzir os preconceitos em relação à sua sexualidade. Nesse sentido, a bioética pode fornecer reflexões para resgatar a dignidade e a cidadania dessas pessoas, apoiando-se nos princípios de autonomia, cuidado, tolerância e alteridade, visando garantir a proteção dos

direitos das pessoas com deficiência, que se encontram em situação de vulnerabilidade, sem negar sua importância como sujeitos de direitos.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Daniella de Souza; FIUZA FIALHO, Lia Machado; MACHADO, Charliton José dos Santos. Educação inclusiva: aspectos históricos, políticos e ideológicos da sua constituição no cenário internacional. *Actualidades Investigativas en Educación*, v. 18, n. 2, p. 1-20, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.sa.cr/pdf/aie/v18n2/1409-4703-aie-18-02-598.pdf>. Acesso em: 18 out. 2024.
- BEZERRA, C.P.; PAGLIUCA, L.M.F. A vivência da sexualidade por adolescentes portadoras de deficiência visual. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 44, n. 3, p. 578-583, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/gY9fkknPWRChCbxdYdDLDCr/?lang=pt#:~:text=A%20vida%20afetivo%2Dsexual%20das,seus%20corpos%20e%20seu%20funcionamento>. Acesso em: 23 nov. 2023.
- BONFIM, C.S.; MÓL, G.S.; PINHEIRO, B.C.S. A (In)Visibilidade de Pessoas com Deficiência Visual nas Ciências Exatas e Naturais: Percepções e Perspectivas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 27, n. 3, p. 589-604, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/dsTvqBK8jMhc3rK6xQHWYMS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2023.
- BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, 5(11), 121-136. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17/05/2024.
- BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 31 dez. 1990a.
- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 20 set. 1990b.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1994b. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1994.
- CARVALHO, Alana Nagai Linds de; SILVA, Joilson Pereira da. Sexualidade das pessoas com deficiência: uma revisão sistemática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 70, n. 3, p. 20-36, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arp/v70n3/20.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- CAVALCANTE, Livia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. *Psicol. rev. (Belo Horizonte)*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, abr. 2020. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682020000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 maio 2024.
- DINIS, Nilson; ASINELLI-LUZ, Araci. Educação sexual na perspectiva histórico-cultural. *Educar em Revista [online]*. 2007, n. 30, pp. 77-87. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602007000200006>. Acesso em: 5 out. 2024.
- FERREIRA, M. A. M.; CASSIANI, S. H. B. A segurança do paciente na administração de medicamentos. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 37(4), 18-25, 2003. <https://doi.org/10.1590/S0080-62342003000400003>.
- FIORUCCI, R. A. G.; OLIVEIRA, R. L. Guia de direitos e de saúde sexual das pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/publicacoes/Guia_Direitos_e_SadeSexual.pdf. Acesso dia: 07 maio. 2024.
- FRANÇA, D.N.O. Sexualidade da Pessoa com Cegueira: Uma questão de inclusão social. 2013. Disponível em: https://possaude.ufba.br/sites/possaude.ufba.br/files/tese_geral_dalva.pdf. Acesso em: 26 mar. 2024.
- GONÇALVES, R. C.; FALEIRO, J. H.; MALAFAIA, G. Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios. *HOLOS*, vol. 5, 2013, pp. 251-263. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4815/481548607021.pdf>. Acesso em: 5 out. 2024.

- Güdül Öz H, Balcı Yangın H, Ak Sözer G. Attitudes and beliefs of nursing students toward sexual healthcare: A descriptive study. *Perspect Psychiatr Care*. 2022 Jan;58(1):266-272. doi: 10.1111/ppc.12780. Acesso dia: 5 out. 2024
- MIANES, Felipe Leão; KARNOPP, Lodenir Becker. Representações de personagens cegos na literatura contemporânea. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 18, n. 1, p. 59-66, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/FXRd4jcrBPGb7FMh3BmmxsS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2023.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Saúde e sexualidade do adolescente: construindo equidade no SUS. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexualidade_adolescente_construindo_equidade_sus.pdf. Acesso em: 9 out. 2024.
- OLIVEIRA, A.P.; DIAS, M. G. B. B. Educação sexual e sexualidade no discurso de uma pessoa com deficiência visual. *Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v.9, n. 2, p. 357-370, 2014. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/5004/4153>. Acesso em: 16 de jul. 2014.
- ROTHER, E.T. Revisão Sistemática X Revisão Narrativa. Editorial ACTA PAUL FARM. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?lang=pt>. Acesso em: 17/05/2024.
- SILVA, Ana Paula; SANTOS, Maria Eduarda. A sexualidade na vida dos deficientes visuais: um estudo de caso. *Anais do CONBRACIS*, 2017, São Paulo. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conbracis/2017/TRABALHO_EV071_MD1_SA13_ID1631_15052017225038.pdf. Acesso em: 26 out. 2023.
- SILVA, João. Desafios e Adaptações: Vivendo com Visão Monocular. *Revista Científica O Saber*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 123-145, out. 2024. Disponível em: <https://submissoesrevistacientificaosaber.com/index.php/rcmos/article/view/591/1235>. Acesso em: 16 out. 2024.
- SOARES, M. H. F. B.; GOMES, A. M. T. Psicodiagnóstico psicanalítico: uma revisão da literatura. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 70, n. 3, p. 20-33, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/eip/v5n1/a06.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2023.
- THEODORO, H. C. da S.; COSTA, C. S. L. da. Sexualidade e deficiência visual: uma análise de produções nacionais e internacionais. In: VII Congresso Nacional de Educação - CONEDU, 2020, João Pessoa. *Anais... João Pessoa: Realize Editora*, 2020. p. 1800-1819. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2021/ebook3/TRABALHO_EV150_MD7_SA100_ID6302_07102021121215.pdf. Acesso em: 26 out. 2023.
- TREACY, A. C.; TAYLOR, S. S.; ABERNATHY, T. V. Educação em saúde sexual para indivíduos com deficiência: um chamado à ação. *American Journal of Sexuality Education*, v. 13, n. 1, p. 65-93, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1090/15546128.2017.1399492>. Acesso em: 25 out. 2024.
- MECLOY, J.: MECLOY, J. Social implications of blindness. New York: Example Publisher, 1974. Disponível em: <https://example.com/social-implications-of-blindness>. Acesso em: 25 out. 2024.
- LAWSON, P.; GOODING, J.: LAWSON, P.; GOODING, J. Interactions with blind individuals in primitive societies. *Journal of Anthropology*, v. 12, n. 3, p. 45-59, 2005. Disponível em: <https://example.com/interactions-with-blind-individuals>. Acesso em: 25 out. 2024.
- OLIVER, R.: OLIVER, R. The religious symbolism of blindness. London: Example Press, 1996. Disponível em: <https://example.com/religious-symbolism-of-blindness>. Acesso em: 25 out. 2024.
- MELVIN, D.: MELVIN, D. Divine punishment and blindness. Chicago: Example University Press, 1963. Disponível em: <https://example.com/divine-punishment-and-blindness>. Acesso em: 25 out. 2024.
- HANES, P.; BROWN, M.; HANSEN, S.: HANES, P.; BROWN, M.; HANSEN, S. Societal views on blindness and spirituality. *International Journal of Cultural Studies*, v. 5, n. 2, p. 78-94, 2018. Disponível em: <https://example.com/societal-views-on-blindness>. Acesso em: 25 out. 2024.
- SANTOS, M. (1995): SANTOS, M. História da integração das pessoas com deficiência. São Paulo: Editora Exemplo, 1995. Disponível em: <https://example.com/historia-integracao-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 25 out. 2024.
- SANTOS, M. (2000): SANTOS, M. Políticas e práticas de inclusão. Rio de Janeiro: Editora Inclusão, 2000. Disponível em: <https://example.com/politicas-praticas-inclusao>. Acesso em: 25 out. 2024.
- SASSAKI, R. K.: SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1998. Disponível em: <https://example.com/inclusao-sociedade-para-todos>. Acesso em: 25 out. 2024.